



## RURAL E URBANO: ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL NA CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

Laércio de Souza  
Arlete Longhi Weber  
Valmor Schiochet

### Resumo

Na atualidade uma linha tênue separa espaços rurais de urbanos, tornando complexa a classificação espacial. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar as novas configurações dos espaços rurais e urbanos a partir de uma abordagem teórica e conceitual. Além da proximidade física entre o urbano e o rural devido aumento demográfico dos centros urbanos em algumas regiões, a utilização de espaços rurais para uso não agrário e a revitalização das possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento rural, aliado às novas políticas públicas com um caráter diferenciado, podem indicar a formação de novos rumos a muitos municípios rurais. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar. Delimitar rural e urbano está se tornando cada dia mais complexo tanto devido às proximidades físicas como econômicas, estruturais e sociais de cada espaço, envolvendo fatores multidimensionais bem como a inferência multidisciplinar.

**Palavras-chave:** Espaço Rural. Espaço Urbano. Classificação Territorial.

### Introdução

Muitas transformações ocorreram no campo e na cidade nos últimos tempos. Transformações estas que demandam novas abordagens multidimensionais na classificação territorial (IBGE, 2017). “O rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea [...]” (IBGE, 2017, p. 8), sendo desafiador, nos dias de hoje, apresentar definições e concepções que norteiam a classificação e a distinção entre meios rural e urbano.

Urbanização intensa, com previsão de duplicação da população urbana até 2050 segundo a Nova Agenda Urbana (apud IBGE, 2017), propicia o surgimento da periurbanização, onde ocorre uma mistura entre atividades urbanas e rurais para além das chamadas periferias das cidades. Também, os novos rumos tomados pelo meio rural como mecanização, valorização da biodiversidade, aumento de atividades não agrícolas fazem com que se criem novas perspectivas sobre a definição de rural e de urbano.



Neste contexto, este artigo tem por objetivo apresentar as novas configurações dos territórios rurais e urbanos a partir de uma abordagem teórica e conceitual, permitindo uma análise das recentes concepções e discussões terminológicas.

## **Entre o Espaço Rural e o Espaço Urbano**

O meio rural enfrenta com preocupação as tendências de queda do emprego e da renda agrícola. Problemas agrários oriundos da modernização do espaço rural, seguido do avanço da mercantilização da agricultura familiar, no que reflete diretamente a reprodução social dos agricultores familiares em várias regiões rurais do Brasil e do mundo. Associado a esse processo, uma nova ruralidade onde crescem as ocupações não agrícolas, onde famílias rurais dependem cada vez menos da renda proveniente da agricultura. Além de uma nova configuração de espaço entre rural e urbano nos municípios eminentemente rurais do passado, alterando profundamente o modo de viver e produzir destes agricultores; vínculos comerciais impactaram o mercado de trabalho, modificando sobre maneira as atividades exercidas e as estratégias familiares de produção.

De acordo com as características do ambiente social e econômico externo, as estratégias de produção tornam-se cada vez mais dependentes das relações com o mercado, limitando a autonomia das famílias rurais. Para Graziano (1999), um dos principais estudiosos das questões rurais no Brasil, a explicação viria atrelada ao fato de que a modernização conservadora da agricultura teria resolvido o problema agrícola através do incremento tecnológico e produtivo e que restaria o problema agrário de cunho social e demográfico e da incapacidade do setor agropecuário moderno (agronegócio) de sua absorção através dos processos de produção. Nos anos mais recentes, com o aumento das ocupações não agrícolas no espaço rural, diminuiriam as diferenças entre o urbano e o rural, aliadas à queda da renda e emprego agrícola.

Desde a década de 1990, muitas pesquisas em estudos rurais têm-se dedicado a essa problemática. Em especial, destaca-se o projeto Rurbano<sup>1</sup>, coordenado pelo

---

<sup>1</sup> Projeto RURBANO - *Caracterização do Novo Rural Brasileiro 1992/98*, batizado de Projeto Rurbano. Apoiado pela FAPESP, pelo programa de Núcleos de Excelência



próprio Graziano (2011) e uma série de pesquisadores, comprovando este cenário rural recente em várias regiões do país. Três características seriam formadoras do que tem sido chamado de “Novo Rural” como consequência dos caminhos seguidos pelo desenvolvimento agrícola nacional, as quais sobressaem: a) uma agropecuária baseada em *commodities* ligada às agroindústrias; b) um conjunto de ocupações não-agrícolas e; c) novas atividades localizadas em nichos de mercados.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e de renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural (GRAZIANO, 1999). Ainda segundo o autor, o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO, 1997).

Na atualidade, a própria definição do rural vem sendo questionada. De modo geral, a definição de rural é dada pela oposição ao urbano. O rural é o que está fora do urbano. No Brasil, a definição de rural é dada pelo Decreto-Lei n. 311, de 1938, o qual mostra uma imprecisão nas delimitações sobre o que é urbano ou rural. São consideradas urbanas as sedes dos municípios ou distritos independentemente das condições estruturais existentes. As mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro trouxeram uma maior diversificação econômica ao rural. Atualmente, o rural tem-se constituído num espaço multifuncional, envolvendo a presença de atividades agrícolas e também não agrícolas. Conforme Castro

## **Características do “Novo Rural”**

A discussão de desenvolvimento rural no Brasil está relacionada com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. O impulsionador deste

---

(Pronex/CNPq/Finep) e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MMA).



processo adveio da realização da ECO 1992<sup>2</sup> no Rio de Janeiro, que trouxe toda uma mobilização política para compreender as relações entre agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil.

Schneider (2007), acerca do ressurgimento das discussões do desenvolvimento rural no Brasil, destaca os seguintes fatores: a) a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, se afirmando mesmo a outras noções de envergadura como o agronegócio. Essa legitimação se dá pelo crescimento da agricultura familiar como uma categoria política, fortemente ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais da década de 90. Além disso, contribuíram para este ressurgimento a produção de estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar, principalmente nos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992), entre outros, mostrando a importância desta para o desenvolvimento econômico; b) crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se dá tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras.

Corroborar-se para isso a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este em 1996, que passou a ser a principal política destinada aos pequenos agricultores no Brasil, entre outras. Ademais, cresce, expande-se e diversifica-se o papel do Estado, tais como, as políticas de segurança alimentar e de afirmação de direitos sociais como: políticas de combate ao trabalho escravo, regularização de terras quilombolas, seguridade social para aposentados rurais, ação de desenvolvimento de territórios rurais, entre outras; c) mudanças no âmbito político e ideológico.

Tanto em termos da mudança de posição das elites agrárias frente às políticas sociais e de caráter compensatório, pelo aumento da força política das organizações do campo, como pelo enfraquecimento destas elites, através de condições econômicas (preço baixo das commodities no mercado internacional e queda no valor

---

<sup>2</sup> ECO/92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992, que teve como pauta principal a discussão do desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente em nível mundial.



de suas terras). Além disso, temos ainda o fato de que a década de 90 trouxe à tona uma visão mais clara das diferenças fundamentais entre duas formas de produzir na agricultura brasileira: a do agronegócio (baseada em commodities para exportação) e agricultura familiar (baseada na produção de produtos do mercado interno). Isso gerou uma polarização entre duas visões que de alguma forma dinamizou a alternativa do desenvolvimento rural em oposição ao agronegócio e; d) por último, estaria o tema da sustentabilidade contribuindo para as discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil.

O tema ambiental é anterior, mas se enquadra no debate sobre o desenvolvimento rural na década de 90. Ou seja, alinham-se as críticas aos resultados da “revolução verde”<sup>3</sup> e há uma tentativa de internalizar a questão ambiental em modelos alternativos de desenvolvimento através de produção orgânica e ecológica. Cresceu com isso o interesse de estudiosos em converter a noção de sustentabilidade em referencial teórico e modelo de desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar que a orientação pela agroecologia passou a nortear assistência técnica e extensão rural, tornando-se uma política estratégica do próprio MDA em 2004.

Veiga (2001) vê a necessidade de conceber o desenvolvimento rural e urbano de forma interconectada. Aponta-se como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Em relação aos agricultores familiares, Veiga (2002) e Abramovay et al. (2003), os consideram como empreendedores, sendo uma capacidade de inovação herdada de seu passado camponês. Entendem que a reprodução dos agricultores familiares depende de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades em face aos desafios que lhe são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem. E que neste ambiente eles são obrigados a inovar constantemente (através do *treadmill* tecnológico e da interação territorial) e a se tornarem pluriativos.

---

<sup>3</sup> A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown.



O conceito de *treadmill* (COCHRANE, 1979, apud VEIGA, 2007) demonstra que os agricultores modernizados se veem obrigados a incorporar progresso técnico para se manterem competitivos, ou seja, encontram-se constantemente presos a uma esteira rolante (*treadmill*) de inovação tecnológica. Isso significa uma necessidade crescente de adição de insumos externos para manter economias de escala, tornando seus custos de produção cada vez mais elevados.

Para Marsden (1989), é preciso reconceituar o agrário, pois as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade sai dos padrões fordistas. Tais desenvolvimentos pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem estar social, de desenvolvimento rural, etc.

Marsden (1989) aponta três pontos fundamentais neste reconceito do agrário: a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou consumo; b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das “novas formas, mais especificamente, o capital financeiro; c) o significado do atual processo de “commoditization” em que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.

Nesta Nova Ruralidade, também surge à abordagem que figura a ideia da multifuncionalidade do rural. Como fazem crer, Carneiro e Maluf (2003), essa noção tem de ser entendida no âmbito dos valores que mobilizam atividades e atribuem outros sentidos a diversas práticas que até então não eram percebidas dentro da ótica de função pública porque não estavam inseridas no contexto do que já chamamos ruralidade contemporânea.

A figura 1 ilustra um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens como os “neururais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que se tem denominado “sem-sem” (sem terra e sem emprego e quase também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização (GRAZIANO SILVA, 1997).



**Figura 1** - Novas relações e atividades no mundo rural  
Fonte: Adaptado de Graziano Silva (1997).

A simplificação das tarefas agrícolas, a terceirização das operações, o avanço técnico na produção, fazem com que os estabelecimentos agrícolas familiares necessitem cada vez menos de pessoas para desempenhar as atividades básicas da agricultura familiar. Surgem assim novas atividades agrícolas, ou não agrícolas no meio rural para absorver a mão de obra resultante da modernização da agricultura. O espaço rural ganha uma nova cara com o incremento de atividades voltadas para questões ecológicas, turismo, esportes radicais e moradias entre outras.

De acordo com Moraes (2011), os pesquisadores do projeto Rurbano têm indicado três causas principais para a emergência das atividades não agrícolas no meio rural. Em primeiro estaria o próprio processo de urbanização do campo, resultante de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, muitas vezes através de atividades que pouco ou nada tem a ver com a produção agropecuária diretamente. Entre as ocupações, aparecem às ligadas ao lazer, como os pesque-pague, chácaras de recreio, etc. Além destas, o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, etc.) e novas formas de emprego como os



jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços, conforme aponta Graziano (1997).

A segunda explicação decorreria da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos 90. Essa crise está associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela modernização conservadora e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da presente década (entre outros, mudanças no financiamento da produção, política de abertura comercial e acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial com estímulo às importações). Já, a última causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira.

Dessa revitalização das possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento rural, aliado às novas políticas públicas com um caráter diferenciado, podem indicar a formação de novos rumos a muitos municípios rurais. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que seus membros possuam vários tipos de inserção profissional pela emergência das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, entre elas o processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias.

## **A diversidade no Espaço rural: vivências, imaginações e representações**

Segundo Schneider (2005), a utilização no trabalho do maior número possível de membros que fazem parte de uma família rural é uma estratégia que possibilita sua reprodução social e um traço de sua identidade camponesa. Nas famílias rurais, a introdução dos filhos ao trabalho nas propriedades possui um sentido pedagógico e formativo da personalidade. Nas palavras desse autor, “acionar o trabalho dos filhos, mesmo que precocemente, não deve ser compreendido, inexoravelmente, enquanto um ato de exploração da prole pelos pais”.

A Constituição Federal, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, estipula que a idade mínima para o trabalho é 14 anos. Dos 14 até os 16 anos, os



adolescentes podem trabalhar na condição de aprendizes. Dos 16 em diante, o adolescente adquire capacidade jurídica para o desempenho do trabalho. A lei que rege o trabalho infantil não faz distinções entre as atividades exercidas pelas crianças e aquelas exercidas pelos adolescentes, sejam essas atividades no ramo agrícola, no ramo industrial ou em qualquer outro.

O trabalhar desde pequeno na roça é entendido como um alicerce para o futuro, mesmo quando esse não acontece no meio rural. Essa é uma característica do camponês que possui seu próprio pedaço de terra, que é proprietário. Terra, trabalho e família são indissolúveis no campesinato. Assim, a passagem dos filhos pelo ensino e aprendizagem do trabalho da terra demonstra intenções de ordem econômica, mas também representa e simboliza a autonomia desses jovens, a sua capacitação para o futuro, independentemente da profissão que ele seguirá (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Neste contexto, pode-se colocar em pauta a influência cultural que apresenta questões que envolvem as relações interpessoais, valores, tradições, características de lugares a até fatores ligados com o desenvolvimento de uma região ou lugar.

A cultura responde a essência daquilo que as comunidades realmente precisam. A pluralidade, diversidade e a dinamicidade, inerente a um determinado grupo ou sociedade; que através dos ditos familiares, da maneira de vida, da significância do seu vocabulário, de inigualável valor, tornam a cultura como única (ARANHA; MARTINS, 2009).

Tudo no mundo humano é cultura, não existindo um único aspecto que não seja cultural. Dentre todas as memórias, as ações e identidades que formam um grupo, uma comunidade, ou um país, algumas são escolhidas para representar a totalidade da população e estabelecidas como patrimônio oficial. A Constituição Brasileira de 1988 define patrimônio como:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- As formas de expressão;
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;



V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O intuito da cultura no que diz respeito à sociedade é alentar, atenuar, consentir que o ser humano encontre o seu lugar. Por isso a cultura é sempre narrativa, conta histórias, resolve problemas, seja o estabelecimento de hábitos, costumes ou dos mitos de origem.

As tradições fazem parte da cultura de um povo. Para Giddens (2006), a palavra tradição procede da palavra latina *tradere*<sup>4</sup>, que, por sua vez, denota transmitir, ou dar determinada coisa, material ou imaterial, para outra pessoa guardar, mesmo que simbolicamente. Para Giddens, o que torna qualquer tradição diferente é o fato de ela definir uma espécie de verdade. Para alguém que age de acordo com uma prática tradicional, as perguntas sobre a existência de alternativas não fazem sentidos. Contudo, por muito que mude, a tradição proporciona meios de ação que são pouco questionáveis. De acordo com Woortmann (1990), “[...] a tradição... não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”.

A experiência direta de cada um, a sua maneira de perceber e sentir as coisas e os seres forma um conjunto das impressões que deixaram marcas e modelaram a sua sensibilidade e identidade. Talvez elas não tenham a mesma cor e nem o mesmo sentido para todos, não falem com o mesmo sotaque, mas são essas representações que enchem o espírito dos homens e o torna, um ser social, único e individual.

Esta identificação cultural no meio rural, através de crenças e valores vivenciados e passados pelos camponeses foi identificada por Souza (2015) em seu estudo com jovens oriundos dos Cursos Técnicos em Agropecuária do IFC – Instituto Federal Catarinense - conforme mostra a enquete representada na tabela 1. A maioria dos entrevistados concorda que a interiorização de práticas, valores e conhecimento recebidos contribui com a identificação do ser humano com a área onde mora desde criança, corroborando com a formação da identidade pessoal e social.

<sup>4</sup> Tradere - A Tradição (do latim "TRADERE" = entregar, passar adiante) constitui a Memória do Povo. É a herança não biológica recebida: a cultura, os costumes, as conquistas científicas e tecnológicas. (MANUAL ESQUEMÁTICO DE FILOSOFIA, Ives Gandra Martins Filho).

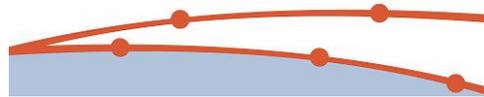


Tabela 1 - As pessoas identificam-se com a área onde moram desde criança. Através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social. Você concorda com esta afirmação.

ALTERNATIVAS	TOTAIS
Concordo	90
Não concordo	4
Nem concordo e Nem discordo	15
Concordo parcialmente	25

Fonte: Souza (2015)

Pesquisa realizada pela UNIVATES / FETAG / MDA (2005) com jovens do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul apontam fatores motivadores da permanência no meio rural e fatores que motivam a ida destes para o meio urbano. Tais fatores são apresentados no quadro 1, e como se percebe apego, amor a terra e tradição estão entre os fatores motivadores da permanência no campo.

Quadro 1 - Fatores internalizados pelos jovens rurais do vale do Taquari em relação as suas escolhas de ficar ou abandonar as propriedades rurais paternas.

Fatores que atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades	Fatores que mantêm os jovens na área rural na opinião dos responsáveis das atuais propriedades
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Salário constante</li> <li>•Trabalho menos penoso</li> <li>•Mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre)</li> <li>•Possibilidade de estudo</li> <li>•Liberdade de escolha de opções de trabalho</li> <li>•Possibilidades maiores de aposentadoria</li> <li>• Mais lazer</li> <li>•Vida social mais intensa</li> <li>• Melhor Status</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apego e amor a terra</li> <li>•Custo de vida mais barato</li> <li>•Um lugar mais seguro</li> <li>•Ser dono de seu próprio negócio</li> <li>•Melhor qualidade de vida</li> <li>•Garantia de trabalho</li> <li>•Tradição</li> <li>•Dificuldade de arrumar emprego</li> <li>•Vocação</li> <li>• Mais próximo a família</li> <li>•Melhor remuneração</li> </ul>

Fonte: UNIVATES / FETAG / MDA (2005) apud Silva (2017, p. 40)



A caracterização de territórios rurais e urbanos também perpassa as questões culturais, haja vista que a percepção da caracterização de um lugar envolve fatores de tradição, valores, apego afetivo e emocional, tornando essa delimitação ainda mais complexa e difusa.

## Considerações finais

As esperanças de prosperidade e bem-estar dependerão da maneira como a diversidade será capitalizada, principalmente no dinamismo dos campos tecnológico, econômico e social. Nesse sentido, devem ocorrer transformações simultâneas e profundas na sociedade, que induzem ao aumento da diversidade e da interdependência, tais como: estruturas de natureza essencialmente agrícola perderão espaço para a urbanização e a industrialização: um mundo relativamente fragmentado, composto de sociedades e regiões autônomas, será substituído por um planeta integrado por uma rede densa de relações de interdependência.

Nos tempos contemporâneos a linha que distingue ou separa um território rural de um urbano é tênue e envolve características e fatores multidimensionais perpassando por valores culturais e tradicionais, percepção de estar e pertencer a um meio ou ao outro (rural – urbano), indicadores de infraestrutura, economia, lazer, bem-estar. Percebe-se que a relação de proximidade tanto geográfica como econômica é cada vez mais relevante entre o espaço urbano e o espaço rural, chegando em alguns pontos e regiões a confundir-se.

Viver em uma chácara há poucos quilômetros do centro da cidade ou residir em meio rural com acesso fácil ao urbano possibilita uma percepção de pertencimento ao campo e à cidade ao mesmo tempo, tornando a classificação entre território urbano rural mais complexa. Políticas públicas envolvendo fatores de infraestrutura como estradas, meios de comunicação e investimentos em atividades não estritamente agrícolas também contribuem para diminuir a distância conceitual e teórica sobre o que é urbano e o que é rural.

Assim sendo, delimitar rural e urbano está se tornando cada dia mais complexo tanto devido às proximidades físicas como econômicas, estruturais e sociais de cada espaço. Repensar, rever tais classificações envolve estudos multidisciplinares e



multidimensionais que mobilizam a antropologia, a sociologia, a geografia e outras tantas ciências, sejam exatas, humanas ou sociais.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. *et al*o **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução a Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 mar. 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 7 mar. 1938. Seção 1, p. 4249.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIDDENS, Anthony. \_\_\_\_\_. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. da UNICAMP; Instituto de Economia, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Estudos e Pesquisas – Informação Geográfica nº 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (Ed.). **Rural restructuring: global process and their responses**. London: David Fulton Publishers, 1990

**Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**  
**Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019**  
ISSN: 2447-4622



MORAES, T.S. **dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar**: um estudo de caso no município de praia grande – SC Dissertação de Mestrado 2011. UFRGS

SILVA, Nardel Luiz Soares da et al. O jovem rural e as perspectivas da sucessão nas propriedades de agricultura familiar. In: ZAMBOM, Maximiliane Alavarse et al (Org.). **Ciências agrárias**: ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária. Marechal Cândido Rondon: Centro de Ciências Agrárias/Unioeste, 2017. p. 36-53. Disponível em:

<file:///C:/Users/arlet/Downloads/2017Captulo\_CinciasAgrrias\_ticadocuidadolegislaoeecnologianaagropecuria.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2019.

SCHNEIDER, S. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT**. Porto Alegre, Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel; Fetag-RS, 2005 (Série Documentos n. 1).

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Wageningen, Holanda, p.20-24, 2007. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP, 2002.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: NEAD, 2001 (Texto para Discussão-1).

VEIGA, J. E. da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

WOORTMAN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.87, p.11-73, 1990.